



ACÓRDÃO Nº 1092/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1310/2012.

Apenso: Processos nsº 1842/2012, 4872/2011, 1200/2012 e 5722/2011.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Responsável: Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho – Secretário Municipal da SEMED.

4- Exercício: 2011.

5- Órgão: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica- FUNDEB e Salário Educação da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

6- Advogados: Edmárie de Jesus Cavalcante – OAB/AM 3351.

7- Unidade Técnica: DICAD/MA e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4893/2017-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls.242/245v).

9- Relator: Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica- FUNDEB e Salário Educação da Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Exercício de 2011.

Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Concessão de Prazo. Recomendação. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas Anuais dos Recursos referentes ao **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB e ao Salário-Educação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED**, referente ao **exercício de 2011**, de responsabilidade do **Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho**, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso II do art. 22, todos da Lei nº 2.423/96;

10.2. Aplicar Multa ao Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho, no montante de **R\$ 2.200,00** (dois mil e duzentos reais), em razão das restrições nºs 5.5 e 5.12 da Informação nº 398/2017-DICOP, nos termos do parágrafo único



ACÓRDÃO Nº 1092/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

do art. 53 da Lei Estadual nº 2423/96, valor atualizado pela Resolução nº 25 de 30/08/2012, que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ;

- 10.3. Conceder prazo de 30 (trinta) dias ao Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho**, para recolher o valor constante no item 10.2 deste Acórdão, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 76 da Lei nº 2.423/96, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi*, o art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal;
- 10.4. Recomendar à Secretaria Municipal de Educação – SEMED** que:
- 10.4.1.** faça constar nos processos administrativos referentes à obras e serviços as Anotações de Responsabilidade Técnica dos profissionais envolvidos com a elaboração dos projetos e documentos técnicos, assim como os responsáveis pela execução e fiscalização do serviço/obra;
 - 10.4.2.** caso haja termo aditivo nos projetos e contratos, que proceda a devida formalização e instrução dos processos administrativos;
 - 10.4.3.** discrimine nominalmente os servidores cedidos e a correspondente fonte pagadora, possibilitando o controle confiável e tempestivo por parte do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;
 - 10.4.4.** cumpra integralmente os dispositivos legais referentes ao FUNDEB;
- 10.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno – SEPLENO** que adote as providências previstas no artigo 161 e 162, § 1º, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM;
- 10.6. Arquivar os autos** nos termos regimentais, após o cumprimento dos itens acima.

Vencido o Voto-destaque proferido em sessão do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela inaplicabilidade de multa.



ACÓRDÃO Nº 1092/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 05 de Dezembro de 2017.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge, Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário Manoel Coelho de Mello.
14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral